



CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR








Lei Nº 3.054/97

REUNIÃO ORDINÁRIA – 05/08/2025

Aos cinco dias do mês de agosto de dois mil e vinte e cinco, às oito horas e trinta minutos, na Casa dos Conselhos, sito à Rua dos Metalúrgicos, nº 77 - Centro, reuniram-se os membros: a Sra. Isabel Cristina Silva Bitencourt; o Sr. Paulo Sérgio Moreira – Vice - Presidente e Representante das entidades trabalhadoras da Educação e de discentes e docentes; as Sras. Rafaela Pereira Moraes e Lisabete Bitteti de Castro Simões Silva – Representantes da Nutrição da Secretária Municipal de Educação de Cruzeiro; as Sras. Paula dos Reis Ignácio de Souza e Patrícia Pimentel Lopes Coutinho Novaes – Representantes das Entidades Cívicas Organizadas (Associação dos Produtos Agroecológicos de Cruzeiro); a Sra Priscilla Aparecida Batista – representante do poder executivo; A Sra. Andréa Bessa Puccini – representante das entidades de trabalhadores da educação; a Sra. Ana Teresa de Oliveira Carvalho – responsável por compras e licitação; a Sra. Fernanda Chagas Barbosa – Supervisora da empresa S.H.A. e a Sra. Alessandra Daniela Ferreira Gouvêa – Secretária Administrativa dos Conselhos da Educação. A reunião teve início com a presidente informando que conversou com o Sr. Khaled Penna Valle – Secretário Municipal de Políticas Públicas sobre a formação do COMSEA (Conselho Municipal de Segurança Alimentar). Segundo ela, Khaled demonstrou interesse no assunto, disse que irá se inteirar melhor e que, estando ao alcance do poder público, haverá apoio para que o processo seja iniciado, com o CAE podendo contribuir no andamento. Khaled também comentou que estará solicitando um recadastramento ou nova inclusão no Projeto Cozinha Alimento, a presidente acrescentou ter visto alguns equipamentos de cozinha disponíveis no almoxarifado da SEMEC. Foi sugerido que esses equipamentos fossem destinados ao CECAT (Centro de Capacitação e Treinamento), mas Khaled explicou que o CECAT ainda não possui estrutura para realização de cursos maiores. Foi discutida ainda com Khaled a preocupação do CAE quanto à Chamada Pública da Agricultura Familiar, destacando a importância de se iniciar as tratativas do novo contrato antes que o processo atual se encerre, uma vez que os agricultores precisam de tempo para se prepararem adequadamente. Em seguida, a presidente trouxe a resposta dos ofícios enviados à SEMEC. Informou que a janela para a prestação de contas ainda não foi aberta pelo FNDE, mas que assim que isso ocorrer, ela e a Sra. Ana Teresa responderão juntas ao questionário e farão a atualização cadastral do conselho. Informou ainda que o compilado de contas já está pronto. A presidente relatou também uma conversa com o Sr. Célio Lemes, chefe do setor de licitações, o qual se colocou à disposição para receber membros do CAE e colaborar com o que for necessário para o processo da Chamada Pública. A Sra presidente sugeriu a formação de um pequeno grupo do conselho para conversar diretamente com ele e pontuar questões importantes relacionadas ao processo em questão. A presidente também se comprometeu a buscar mais informações sobre a temática do EAN (Educação Alimentar e Nutricional), e que irá compartilhar o material com Fernanda e Rafaela. A Sra. Ana Teresa informou que já havia solicitado à Rafaela, representante da nutrição da SEMEC, melhorias no quantitativo de alimentos, explicando que a pesquisa de preços foi realizada pela Sra. Lisabeth. Ressaltou que os estabelecimentos consultados evitaram fornecer valores válidos por 30 dias, alegando variações de ofertas ao longo do mês. Enfatizou ainda que a chamada pública é um processo sensível, especialmente pela interpretação incorreta de medidas (kg por unidades, por exemplo). A Sra. Paula comentou sobre a Resolução nº 6, reforçando que as dificuldades com a cotação de preços são enfrentadas por diversos municípios. O Sr. Paulo manifestou insatisfação com a qualidade de frutas e legumes, que têm chegado muito verdes ou em tamanhos inadequados, e reclamou da quantidade de perfix, que é insuficiente para o uso diário. Fernanda, coordenadora da S.H.A., se comprometeu a providenciar o aumento na quantidade do material. A presidente ressaltou a necessidade de acompanhamento da equipe gestora escolar no momento do recebimento das mercadorias, apontando que essa ausência ainda é um problema a ser solucionado. A Sra. Andréa relatou que na Escola Municipal LIONS estão sendo feitos reparos com recursos do PDDE e mão de obra da prefeitura. Estão sendo providenciados degrau na porta da cozinha, colocação de pisos antiderrapantes, novas luminárias e reforma

do tanque, e que os ofícios solicitando a mão de obra já foram emitidos. A Sra. Rafaela informou sobre a realização dos testes de aceitabilidade, com a seguinte agenda: dia sete de agosto será realizado na E.M. Profa. Maria Leonor Costa (conselheiros Andréa e Paulo acompanharão), dia vinte de agosto na E.M. Prof. Itamar Gil Moeler (acompanhamento pela presidente) e no dia 13 de agosto haverá Estudo de Avaliação Nutricional nas escolas João Pires de Lima, CAIC e José Ribeiro (acompanhamento pela presidente). Foi relatado um grave problema na Escola Antonio Vicente, onde será realizada uma ação de teste de aceitabilidade. Em reunião com a diretora Marisa Bini dos Santos Maia e o diretor assistente Fábio Dias Simas, foi informado que há grande rejeição dos alunos ao peixe e ao ovo, com o peixe sendo o mais rejeitado. A diretora solicitou a retirada do peixe do cardápio, porém foi esclarecido que isso não é possível, por se tratar de um alimento previsto contratualmente. Rafaela explicou que o cardápio foi adaptado para melhorar a aceitabilidade, com a introdução do "escondidinho de peixe" e, atualmente, está em teste uma nova opção: os "nuggets de peixe". Reforçou que o peixe é servido apenas uma vez por mês, e que os alunos têm alternativas como arroz, feijão, legumes ou salada. No entanto, a diretora relatou que os alunos evitam sair da sala por causa do cheiro do peixe. Também foi observado que a diretora expressa aversão pessoal ao peixe, o que pode estar influenciando o ambiente escolar. Ficou acordado que o CAE acompanhará o dia da refeição com peixe nessa escola, para avaliar a aceitação e realizar uma ação de EAN com os alunos, além da distribuição de cartazes informativos na unidade escolar. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e eu, Alessandra Daniela Ferreira Gouvêa, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pelos demais presentes.

Paulo Sérgio   J. João  
Paulo Sérgio


Alessandra Daniela Ferreira Gouvêa
Secretária Adm. dos Conselhos da Educação